

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB – (Companhia) é uma sociedade por ações, de economia mista, vinculada à Secretaria de Administração - SAEB, instituída nos termos da Lei nº 3.157 de 01 de outubro de 1973. O endereço registrado do escritório da Companhia é: Avenida 4, nº 410, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador, Bahia, Brasil, CEP 41745002.

A Companhia tem por objetivo, prover soluções com Tecnologias de Informação e Comunicação (TI e TIC) para modernizar e aprimorar a gestão governamental e o relacionamento com a sociedade. Nesse contexto, a Prodeb apresenta no seu portfólio atual, serviços de processamento de dados, data center, conectividade, desenvolvimento de sistemas, sites e portais, soluções aplicativos, gerenciamento de projetos, entre outros, inclusive de assessoramento técnico aos órgãos da administração pública em geral, contando, hoje, com cerca de 80 clientes entre secretarias, órgãos e instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de prefeituras, dos quais destacamos entre seus maiores clientes as seguintes secretarias estaduais de governo: SAEB, SEFAZ, SEC, SSP e SESAB/FESBA.

Em 2018, a Prodeb contabilizou lucro de R\$ 5.105.263. Este efeito positivo decorre, notadamente, do seu resultado operacional, com a diminuição das despesas gerais e administrativas (mais notadamente às relativas à folha de pagamento), ajustes tributários diferidos referentes a créditos com origem na consolidação e liquidação do PERT e a redução do custo com depreciações, em decorrência do trabalho de avaliação da recuperabilidade e revisão da vida útil e do valor residual dos bens (Impairment) com a consequente mudança na taxa de depreciação dos equipamentos de grande porte de 20% para 10% ao ano.

Vale ressaltar que o referido lucro do exercício será absorvido pelo prejuízo acumulado da Companhia.

A Prodeb alcançou melhoria no índice de liquidez corrente de 1,30 em 31.12.2018, frente a 0,90 em 31.12.2017 e se manteve regular com os compromissos fiscais e previdenciários.

A PRODEB consolidou, nos últimos anos, seu portfólio de serviços, dos quais destacamos os de conectividade, sistemas e processos, data center e sala-cofre.

Na conectividade, encontram-se em operação 2.903 pontos da Rede Governo em 471 municípios da Bahia, bem como 6 gigabytes de provimento de internet. Ademais, no campo das Infovias, foram instalados 42 km de fibra óptica interligando 52 pontos (órgãos) na área do CAB – Centro

Administrativo da Bahia – e mais 700 km com velocidade gigabit interligando 556 pontos de acesso a órgãos do governo do Estado em Salvador, por meio de 9 pontos de presença (POP).

A PRODEB é responsável pela existência e manutenção de 38 sistemas corporativos do Estado processados em seu Data Center, sendo os principais, na plataforma alta (mainframe): RH, Sicof, Identificação Civil e Criminal, Acompanhamento Hospitalar; e na plataforma baixa (servidores): Fiplan, Sistema SG (Channel), Serviço de Automação de Processos, Gestão de Fábrica de Software, SGE (Sistema de Gestão Escolar), Planserv, Siag (Sistema Integrado de Agenda do Governador), Licenciamento Integrado, RH-Bahia, Sistema Eletrônico de Informações (SEI). São 1.312 sites hospedados, monitorados e com suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias na semana.

O Data Center da PRODEB processa, atualmente, cerca de 1.510 sistemas operacionais e 1.506 servidores virtuais, além de possuir capacidade de armazenamento de 1.7 petabytes.

Já a Sala-Cofre, que é a maior do Norte/Nordeste e terceira maior do país entre as empresas públicas de TI estaduais, disponibiliza 202 metros quadrados de espaço físico e foi responsável pelo bloqueio de mais de 178 milhões de ataques cibernéticos, em 6 meses.

A PRODEB promoveu soluções tecnológicas de modernização e relevância estratégica para gestão governamental, dentre as quais citamos a implantação e os projetos do SAC Digital, rede de internet sem fio (wi-fi) para a população nos postos do SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão – da capital baiana, Sefaz Virtual e o novo sistema de saúde e gestão hospitalar AGHuse e uso cada vez mais intensivo de ferramentas de BI, Analytics e Big Data para aprimoramento da gestão pública.

Nesse sentido, a Companhia adotou práticas e planos de melhorias operacionais, desenvolveu uma nova visão evolutiva de tecnologia dentro de um novo cenário da administração pública, modelo financeiramente auto-sustentável inserido no contexto de governança definido pelo Sistema de Gestão de Tecnologia e Comunicação do Estado da Bahia – SGTIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Lei 13.303/2016, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como pelos Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de instrumentos financeiros não derivativos.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem parte das contas a receber (PECLD), os tributos a recuperar, e provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

2.5 Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são classificados inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados ao valor provável de realização na data de encerramento das demonstrações financeiras.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição.

d) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação calculada sobre o valor de cada bem pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pelo laudo de Avaliação Patrimonial, bem como pela legislação tributária e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

e) Intangível

Os bens integrantes do ativo intangível correspondem aos gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática, dos quais são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização e são amortizados segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

g) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Os ativos são revistos para identificar perdas por *Impairment* sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *Impairment* é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social diferidos são

calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as adições e exclusões ao prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para o período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

j) Ajustes retrospectivos

No exercício de 2018, a Companhia efetuou análises de suas contas e registrou, em contrapartida na rubrica de “Prejuízos acumulados”, a título de ajustes de exercícios anteriores, o montante líquido de R\$ 591.424, composto pelos seguintes lançamentos:

Descrição	(Valores em R\$)	
	2018	2017
Ajustes identificados na revisão tributária 2017	-	(822.932)
Reconciliação entre saldos contábeis e controles financeiros	(591.424)	219.867
Total	(591.424)	(603.065)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Caixa Geral	14.861	11.768
Bancos	110.287	74.845
Aplicações Financeiras	1.197.237	1.160.690
Total	1.322.385	1.247.303

As aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa por serem de curtíssimo prazo e de alta liquidez.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017
Secretaria da Adm. do Estado da Bahia	8.084.826	6.819.542
Sec. de Educação do Estado da Bahia	1.890.653	3.075.423
Fundo Estadual de Saude - SESAB	1.632.731	1.444.745
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	1.140.772	716.528
Sec. do Meio Ambiente do Estado da Bahia	720.887	583.771
Empresa Baiana de Alimentos S/A	687.478	369.190
Universidade do Estado da Bahia	661.242	369.956
Dep. Est. de Trânsito do Estado da Bahia	574.713	814.705
Sec. Trab, Emp, Renda e Esp Est da Bahia	455.245	360.724
Sec. do Planejamento do Estado da Bahia	395.696	97.711
Ser. Bra. de Apoio às Micro e Peq. Empresas	373.757	58.417
Sec. da Seg Pública do Estado da Bahia	357.222	261.383
Polícia Civil – Sec. Segurança Pública	291.193	-
Sec Justiça, Dir Hum e Desenv Social	274.998	78.293
Tribunal de Contas dos Municípios	261.532	83.826
Cia de Des. Urbano do Estado da Bahia	239.850	-
Superint. Desen. Industrial e Comercial	225.888	57.454
Outros	1.987.155	2.911.624
(-) Créditos a identificar	(49.653)	(17.790)
	(632.985)	(180.209)
(-) PECLD		
Total	19.573.200	17.905.293

Perdas estimadas

A Companhia possui contas a receber no montante de R\$ 19.573.200 (Em 2017, R\$ 17.905.293), dos quais R\$ 1.126.301 (Em 2017, R\$ 325.702) foram emitidos há mais de um ano. Desse montante, R\$ 240.402 foram recebidos até janeiro de 2019. A composição pode ser assim demonstrada:

Ano	2018	2017
2010	-	-
2011	98.494	98.494
2012	110.940	110.940
2013	-	-
2014	-	-
2015	-	-
2016	99.064	116.268
2017	817.803	17.777.590
2018	19.129.537	-
(-) Créditos a identificar	(49.653)	(17.790)
(-) PECLD	(632.985)	(180.209)
Total	19.573.200	17.905.293

A Companhia constituiu provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 632.985, o que representa 56% dos valores vencidos há mais de um ano, considerando os critérios fiscais para dedutibilidade estabelecidos no art. 340 do Decreto nº 3.000/1999 (RIR/99), e art. 347 do Decreto nº 9.580/2018, que substituiu o diploma anterior, a partir de 22 de novembro de 2018.

5. ESTOQUES

	2018	2017
Almoxarifado	626.270	656.837
Total	626.270	656.837

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são representados, basicamente, por materiais de escritório, limpeza, elétricos, lógicos, de manutenção de computadores e de instalações de redes.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo negativo de IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	2.606.063	1.988.774
Saldo negativo de CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	940.126	702.423
Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)	792.764	750.650
Pagamentos da Lei nº 13.496/17 (PERT)	1.327.750	-
Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”	125.833	372.817
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	45.384	40.450
Outros	55.100	90.357
Total	<u>5.893.019</u>	<u>3.945.471</u>
No ativo circulante	931.969	503.624
No ativo não circulante	4.961.050	3.441.847

Durante o exercício de 2018, a Companhia registrou R\$ 5.893.019 de créditos fiscais, além de compensar os tributos correntes desse exercício.

Pagamentos da Lei nº 12.996/2014 (REFIS Copa)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.996/2014. Os débitos incluídos no parcelamento se referiam ao IRPJ e CSLL apurados, mensalmente, nos exercícios de 2012 e 2013, pelo método de suspensão e redução. Em 2016, parte desses débitos foi objeto de revisão fiscal, que apurou crédito de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 2.393.266 e foi devidamente registrado como tributo a recuperar, tendo em vista o protocolo de pedido de revisão cumulado com restituição fiscal, PAF RFB nº 10580.728941/2017-38. Até o momento, o referido processo administrativo fiscal ainda não foi apreciado pela Receita Federal do Brasil e o crédito vem sendo atualizado, montando R\$ 2.840.536, em 31/12/2018.

Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise). Os débitos incluídos no parcelamento se referiam ao saldo remanescente do Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009. Em junho de 2017, o referido parcelamento foi homologado e liquidado pela Secretaria da Receita Federal, sendo apurado saldo remanescente de crédito tributário (pagamentos a maior), em favor da Companhia, no montante atualizado de R\$ 792.764, objeto de pedido de restituição, que aguarda apreciação da Receita Federal do Brasil para compensação.

Pagamentos da Lei nº 13.496/2017 (PERT)

Em decorrência da consolidação e liquidação, em 2018, do parcelamento regulado pela Lei nº 13.496/2017 (PERT – Programa Especial de Regularização Tributária –), constatou-se pagamento a maior, na monta de R\$ 1.327.750, conforme extrato da negociação da Receita Federal, o que se caracteriza como crédito fiscal para ser amortizado em parcelas futuras e, portanto, reconhecido pela Cia. como crédito fiscal.

Esse direito será objeto de pedido administrativo fiscal para reconhecimento de crédito que, após a análise e posicionamento favorável da Receita Federal, possibilitará futura utilização na compensação de outros tributos federais.

Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”

O saldo dessa conta se refere a pagamentos efetuados pela Companhia no exercício de 2014, em duplicidade, por erros de migração de sistema, relativos a valores de tributos retidos de fornecedores sobre serviços prestados à Prodeb (IRRF, Pis, Cofins e Contribuição Social retidos na fonte e ISS), devidos no exercício de 2013.

Em 2018, foi realizada a baixa de R\$ 247.195, diante da impossibilidade de recuperação de parte desses créditos, conforme processo interno.

O saldo remanescente da conta, no total de R\$ 125.833, é passível de identificação. R\$ 61.573 foi objeto de pedido de restituição na Prefeitura de Salvador (ISS) e na Receita Federal (IRRF e PIS/COFINS e CS Retidos). Outra parte do saldo dessa conta, correspondente a R\$ 64.048 aguarda fiscalização da Receita Federal (malha fiscal) para providências no sentido de ser requerida a restituição ou a sua baixa definitiva, a depender da conclusão desse órgão.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais têm intuito de cobrir possíveis desembolsos com indenizações cíveis e trabalhistas e são atualizados com base das informações oficiais (extratos) das instituições financeiras nas quais a Companhia possui contas vinculadas.

	2018	2017
Ações trabalhistas	430.499	929.191
Ações cíveis	642.479	20.688
Total	1.072.978	949.879

8. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado da Companhia pode ser demonstrada como segue:

Bens	Taxa de depreciação %	2018		2017	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	967.482	(795.112)	172.370	204.549
Veículos	20	366.476	(312.863)	53.613	-
Instalações e benfeitorias	10	518.137	(69.735)	448.402	147.730
Equipamentos	20	6.637.726	(5.529.719)	1.108.007	998.748
Computadores e periféricos	20	33.249.550	(32.247.768)	1.001.782	8.182.103
Computadores e periféricos – grande porte	10	9.990.669	(2.614.132)	7.376.537	-
Imóveis – Sala Cofre	05	17.797.878	(3.559.576)	14.238.302	15.128.196
Total		69.527.918	(45.128.905)	24.399.013	24.661.326

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	1.007.776	8.786	(49.080)	-	967.482
Veículos	310.040	56.436	-	-	366.476
Instalações e benfeitorias	190.208	327.929	-	-	518.137
Equipamentos	6.288.722	364.980	(15.976)	-	6.637.726
Computadores e periféricos	41.973.354	857.564	(1.693.493)	(7.887.875)	33.249.550
Computadores e periféricos grande porte	-	2.102.794	-	7.887.875	9.990.669
Imóveis – Sala Cofre	17.797.878	-	-	-	17.797.878
	67.567.978	3.718.489	(1.758.549)	-	69.527.918

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Móveis e utensílios	935.138	92.944	(20.306)	-	1.007.776
Veículos	351.100	-	(41.060)	-	310.040
Instalações e benfeitorias	180.855	9.353	-	-	190.208
Equipamentos	6.363.245	8.565	(83.088)	-	6.288.722
Computadores e periféricos	40.261.134	2.737.690	(1.025.470)	-	41.973.354
Imóveis – Sala Cofre	17.797.878	-	-	-	17.797.878
	65.889.350	2.848.552	(1.169.924)	-	67.567.978

No exercício de 2018, a Prodeb realizou trabalho de *Impairment* através da contratação de empresa especializada para avaliação da recuperabilidade e revisão da vida útil e do valor residual dos bens mais relevantes e integrantes do ativo Imobilizado e intangível da Cia. Todos os ativos tangíveis e intangíveis da PRODEB passaram no teste de *Impairment* pelo valor em uso e provaram sua recuperabilidade, no exercício financeiro de 2018, sem quaisquer indícios de perda por desvalorização ou necessidade de ajustes dos valores contábeis reconhecidos em seu balanço patrimonial.

9. FORNECEDORES

	2018	2017
C.A. Programa de computadores part. e serviços Ltda.	1.758.973	1.059.669
Comdados Comércio e Serviços Eletrônicos	1.566.342	-
MI Montreal Informáticas S.A.	841.988	1.695.737
Hasky Automação e Tecnologia da Informação Ltda.	628.299	2.136.216
Lanlink Soluções e Comércio em Informática S.A	581.235	1.348.717
Decision Serviço de Tecnologia da Informação Ltda.	542.667	123.056
Avansys Tecnologia Ltda.	226.838	199.027
IBM Brasil Ltda.	205.050	531.689
Green4T Solução TI Ltda.	195.348	-
Coelba	148.108	135.205
MAP Serviços de Segurança Eireli	109.289	37.581
CMS Conservação de Imóveis e Serviços Ltda.	99.545	99.545
Allen Rio – Serviço e Comércio de Informática	35.355	590.888
Aceco TI Ltda.	-	389.877
Outros	747.723	1.873.151
	7.686.760	10.220.358
Total		
No passivo circulante	6.857.207	9.490.153
No passivo não circulante	829.553	730.205

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2018	2017
Contribuição previdenciária (INSS)	1.135.349	1.915.805
FGTS – Fundo de garantia do tempo de serviço	-	663.156
Outros	31.783	51.816
Total	1.167.132	2.630.777

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
Parcelamentos tributários		
ISS - Instrumento de acordo	1.920.471	2.752.608
Tributos a recolher		
IRPJ a recolher	-	448.263
CSLL a recolher	-	170.443
COFINS a recolher	451.725	730.144
Imposto de renda retido na fonte	1.693.275	1.773.442
ICMS a recolher	518.636	491.507
PIS a recolher	98.002	158.024
ISS retido	74.401	92.277
Outros	267.159	277.483
Total	5.023.670	6.894.191
No passivo circulante	4.063.434	5.059.119
No passivo não circulante	960.236	1.835.072

Parcelamento da Lei nº 13.496/2017 (PERT)

Em agosto de 2017, a Companhia formalizou sua adesão ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária –, regulado pela Lei nº 13.496/2017, negociando débitos tributários e previdenciários. Essa ação foi responsável pela relevante redução dos saldos das obrigações tributárias, naquele ano.

Em agosto e dezembro de 2018, a Prodeb realizou, perante a Receita Federal do Brasil, a consolidação definitiva e quitação integral desse parcelamento para os débitos previdenciários e demais débitos (tributários), respectivamente, que corresponderam a quitação do total de R\$ 11.041.131 de débitos tributários, através da modalidade de pagamento à vista (parcela única) e com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, nos termos da alínea “a” do inciso III, combinado com o § 1º, I, ambos do art. 2º da Lei 13.496/2017.

Ademais, após a consolidação do referido parcelamento, constatou-se pagamento a maior, na monta de R\$ 1.327.749, que se caracteriza como crédito fiscal, devidamente reconhecido no exercício de 2018, e que será objeto de pedido administrativo de reconhecimento de crédito perante a Receita Federal, em 2019, conforme esclarecido na nota 6 anterior.

Classificação entre Circulante e Não Circulante:

Tributos / Parcelamentos	31/12/2018		31/12/2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS - Instrumento de acordo	960.236	960.236	917.536	1.835.072
IRPJ a recolher	-	-	448.263	-
CSLL a recolher	-	-	170.443	-
COFINS a recolher	451.725	-	730.144	-
Imposto de renda retido na fonte	1.693.275	-	1.773.442	-
ICMS a recolher	518.636	-	491.507	-
PIS a recolher	98.002	-	158.024	-
ISS retido	74.401	-	92.277	-
Outros	267.159	-	277.483	-
Total	4.063.434	960.236	5.059.119	1.835.072

ISS - Instrumento de acordo

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolou junto a Secretaria da Fazenda o instrumento de acordo com o Município de Salvador para quitação do débito de ISS, relativo aos exercícios de 2001 a 2006, cuja cobrança deu-se através da Notificação de Lançamento nº 1.904/2006. O Município concordou em rever os cálculos relativos ao tributo supramencionado, excluindo multa de infração, multa de mora e juros moratórios.

Conforme instrumento de acordo, os valores dos débitos tributários apurados atingiam, à época, a quantia principal de R\$ 3.304.272, os quais serão liquidados em 96 (noventa e seis) parcelas, acrescidas de juros de financiamento de 1% (um por cento) ao mês, calculados pela tabela *price*, vencendo a primeira no último dia do mês de janeiro de 2013 e as demais no dia 20 dos meses subsequentes. Os valores serão atualizados mensalmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice, na forma da lei.

Quantidade de parcelas restantes		Saldo – R\$	
2018	2017	2018	2017
24	36	1.920.471	2.752.608
Circulante		960.236	917.536
Não circulante		960.236	1.835.072

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, para os quais vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Contudo, alguns destes, particularmente os mais relevantes, ainda não apresentam uma definição clara quanto aos seus desfechos.

A Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para eventuais perdas com contingências, no montante de R\$ 6.732.808 (Em 2017, R\$ 5.148.971), conforme composição a seguir:

	2018	2017
Ações trabalhistas	2.064.208	4.442.723
Ações cíveis	4.668.600	706.248
Ações tributárias	-	-
Total	6.732.808	5.148.971

Trabalhistas

Dentre os processos trabalhistas provisionados, destacam-se os listados a seguir:

Processos Trabalhistas	2018	2017
0001395-81-2016-5-05-0008	589.338	484.540
0024800-06.2009.5.05.0037	570.354	828.348
0001306-30.2017.5.05.0006	242.938	110.495
0000752-05.2016.5.05.0015	235.960	-
0001143-93.2016.5.05.0003	121.767	99.259
0001176-29-2016-5-05-0021	118.799	102.136
0070000-87.2009.5.05.0020	57.686	103.148
0001273-25.2017.5.05.0011	9.839	242.615
0001277-89.2017.5.05.0002	-	619.668
0001359-28.2015.5.05.0023	-	438.192
0034500-64.2008.5.05.0029	-	395.722
0010440-17.2013.5.05.0008	-	128.436
0118300-66.2008.5.05.0036	-	115.916
0000898-95.2011.5.05.0023	-	104.357
Outros processos	117.528	669.892
Total	2.064.209	4.442.723

Do total das causas trabalhistas ativas em 2018, R\$ 2.835.349 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível, que não foram provisionados pela Cia.

Cíveis

A Companhia possui demandas judiciais cíveis, para as quais foi constituída provisão no montante de R\$ 4.668.600.

Dentre os processos cíveis provisionados, destacam-se os listados abaixo:

Processos Cíveis	2018	2017
0085118-19.2006.8.05.0001 *	2.340.399	-
0408874-71.2012.8.05.0001	1.021.705	493.146
0501456-17.2017.8.05.0001	864.597	-
0158249-27.2006.8.05.0001	441.898	-
0125100-50.2000.8.05.0001	-	189.054
0358523-60.2013.8.05.0001	-	21.371
0072716-95.2009.8.05.0001	-	8.553
Outros processos	-	5.876
Total	4.668.600	706.248

Do total das causas cíveis ativas em 2018, R\$ 375.122 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível, que não foram provisionados pela Cia.

*** Processo nº 0085118-19.2006.8.05.0001 (Telematic Tecnologia Ltda.)**

A principal demanda cível da Companhia está relacionada ao processo de cobrança nº 0085118-19.2006.8.05.0001, cujo valor total da causa atualizado corresponde a R\$ 87.886.909, movido pela Telematic Tecnologia Ltda. contra a Prodeb. Esse pleito se refere à cobrança de reajustes dos valores contratados, incidência de atualização monetária, juros e multas sobre atrasos nos pagamentos, indenização por lucros cessantes e danos morais.

A grande maioria dos pedidos formalizados nessa demanda judicial foi classificada pelos assessores como de êxito remoto, que correspondem a R\$ 64.482.918. Contudo a parte referente aos contratos nº 97/1108-01, nº 97/1112-01, nº 99/0028-01, nº 97/0097-01, nº 96/1066/01, nº 96/1067-01, onde é discutida previsão de reajustamento de preço, foi indicada como de êxito possível e corresponde a R\$ 23.403.991 de débito, atualizado até dezembro de 2018.

A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, considerando a relevância do montante envolvido nesse processo judicial e orientada pelo princípio da prudência, constituiu,

no exercício de 2018, a provisão de R\$ 2.340.399, que corresponde a 10% do valor estimado da perda possível nesse processo, já que foi pontuado pelos advogados um cenário de longo prazo desfavorável, em parecer.

Tributárias

De acordo com o relatório dos assessores jurídicos, as demandas ativas de natureza tributária da Companhia não representam contingências que impliquem na constituição de provisões, pois as mesmas já estão devidamente reconhecidas contabilmente, como passivos tributários.

Do total das causas tributárias ativas em 2018, R\$ 612.350 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível, que não foram provisionados pela Cia.

A Companhia possui registro, na situação fiscal perante a Receita Federal do Brasil, quanto a débitos tributários pendentes de resolução. Os processos administrativos estão apresentados no quadro a seguir:

Processos Administrativos Fiscais (Situação Fiscal)

Parcelamento Previdenciário com exigibilidade suspensa – RFB:

625170873 - PERT Lei nº 13.496/17, art. 2º, III, a; entrada à vista + única parcela

Parcelamento Tributário (Demais Débitos) com exigibilidade suspensa – RFB:

00710001200033669881823 - PERT IIIa

Tributos federais com exigibilidade suspensa – RFB:

10580.725.791/2017-19 - Em fase de julgamento da impugnação

10580.901.444/2018-71 - Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

10580.901.445/2018-16 - Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

10580.901.557/2018-77 - Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

10580.901.558/2018-11 - Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 97.605.874 (em 2017, R\$ 95.105.874), conforme demonstrado a seguir:

	Capital social	
	2018	2017
Subscrito e integralizado	97.605.874	95.105.874
	97.605.874	95.105.874

No exercício de 2018 foi integralizado o montante de R\$ 2.500.000, (em 2017, R\$ 2.500.000) em moeda corrente.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, pelo Conselho de Administração, com anuência prévia do Conselho Fiscal, até o limite de R\$ 150.000.000, mediante a emissão de ações ordinárias.

14. RECEITA BRUTA

	2018	2017
Processamento	61.824.101	55.110.150
Intensivo em mão de obra	44.245.519	44.679.916
Conectividade	25.642.022	26.558.935
Armazenamento	295.497	182.287
Total	132.007.139	126.531.288

15. TRIBUTOS SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

	2018	2017
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	(9.676.085)	(8.839.239)
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(6.084.174)	(5.643.622)
Contribuição previdenciária (INSS)	(5.725.693)	(5.405.911)
PIS – Programa de Integração Social	(2.100.733)	(1.919.045)
ICMS	(150.145)	(92.836)
Total	(23.736.830)	(21.900.653)

A contribuição previdenciária (INSS) sobre a receita bruta foi instituída pela Medida Provisória nº 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a partir de dezembro de 2011. A partir de dezembro de 2015, a alíquota foi majorada de 2% para 4,5% sobre o faturamento. Após a promulgação da Lei 13.670/2018, foi garantido às empresas de tecnologia da informação o recolhimento da CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – à alíquota de 4,5% até 31 de dezembro de 2020.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2018	2017
Pessoal	(34.243.405)	(32.954.085)
Serviços de terceiros	(24.418.636)	(23.822.789)
Depreciação e amortização	(3.510.687)	(4.683.004)
Concessionárias de serviços públicos	(4.192.668)	(4.385.393)
Outros	(4.788.355)	(2.876.445)
Total	(71.153.751)	(68.721.716)

17. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Pessoal	(16.408.831)	(18.477.052)
Serviços de terceiros	(3.074.557)	(3.215.705)
Honorários da diretoria e do conselho	(1.036.370)	(1.037.443)
Concessionárias de serviços públicos	(616.588)	(429.112)
Materiais	(216.715)	(244.244)
Outros tributos e contribuições	(141.368)	(774.916)
Despesas diversas	(1.950.385)	(922.819)
Outros	(383.620)	(265.917)
Total	(23.828.434)	(25.367.208)

18. FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2018	2017
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	349.655	1.214.793
Rendimentos de aplicações financeiras	63.313	98.346
Descontos obtidos	88.351	140.713
Deduções s/ adesão ao PERT	-	3.046.408
Outras receitas financeiras	47.446	
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(143.236)	(57.736)
Multas	(279.633)	(173.889)
Juros	(76.057)	(49.598)
Outras despesas financeiras	(63.524)	(230.865)
Total	(13.685)	3.988.172

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados através da sistemática do lucro real anual com base no resultado contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária vigente.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, mais adicional de 10% (dez por cento). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída a alíquota de 9% (nove por cento).

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Em 2018, a Companhia apurou IRPJ e CSLL nos montantes de R\$ 1.677.336 e R\$ 621.381, respectivamente. Em 2017, esses valores corresponderam a R\$ 546.170 e R\$ 205.261.

Imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Os tributos diferidos apurados serão reconhecidos para os prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio da legislação tributária em vigor.

A Administração da Companhia constatou que, para o exercício de 2017 e 2018, os termos requeridos no Pronunciamento Técnico CPC PME, seção 29 – Tributos sobre o Lucro para reconhecimento de ativo fiscal diferido – não foram totalmente atendidos, motivo pelo qual não foi reconhecido o montante de R\$ 14.885.473 (Em 2017, R\$ 16.027.032), conforme detalhado abaixo.

Movimentação ocorrida no exercício de 2017:

	<u>2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2017</u>
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	21.456.754	-	-	21.456.754
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	7.386.690	-	-	7.386.690
Ano-calendário 2016	20.047.275	-	-	20.047.275
Ano-calendário 2017	-	-	- 7.385.907	- 7.385.907
	<u>54.524.236</u>	<u>-</u>	<u>-7.385.907</u>	<u>47.138.329</u>
<u>Tributos diferidos não reconhecidos</u>				
IRPJ	13.631.059	-	- 1.846.477	11.784.582
CSLL	4.907.181	-	- 664.732	4.242.450
	<u>18.538.240</u>	<u>-</u>	<u>-2.511.208</u>	<u>16.027.032</u>

Movimentação ocorrida no exercício de 2018:

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	21.456.754	-	-	21.456.754
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	7.386.690	-	-	7.386.690
Ano-calendário 2016	20.047.275	-	-	20.047.275
Ano-calendário 2017	- 7.385.907	-	-	- 7.385.907
Ano-calendário 2018	-	-	- 3.445.760	- 3.445.760
	<u>47.138.329</u>	<u>-</u>	<u>-3.445.760</u>	<u>43.692.568</u>
<u>Tributos diferidos não reconhecidos</u>				
IRPJ	11.784.582	-	- 861.440	10.923.142
CSLL	4.242.450	-	- 310.118	3.932.331
	<u>16.027.032</u>	<u>-</u>	<u>-1.171.558</u>	<u>14.855.473</u>

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2018, o valor aproximado de cobertura da apólice vigente era de R\$ 23.103.786.

